

RELATÓRIO DO XV ENEJA – Petrolina – 2017

I. CONTEXTO POLÍTICO

É com muita satisfação que os Fóruns de EJA do Brasil apresentam o Relatório do XV ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, ocorrido nos dias 27 a 30 de novembro de 2017, no Município de Petrolina - PE.

Neste documento apresentamos os encaminhamentos aprovados em plenária que resultaram das reflexões e debates que ocorreram ao longo dos três dias do Encontro.

Além dos objetivos específicos deste ENEJA, que foram orientados pelo desafio de discutir a EJA após os 21 anos de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a singularidade deste XV ENEJA foi marcada pelo atual contexto caracterizado pela ofensiva neoliberal em marcha pelo governo golpista.

Foi neste cenário político, configurado pela privatização dos serviços públicos, pela dilapidação dos direitos trabalhistas entre outros direitos, que os delegados e delegadas participantes do XV ENEJA, balizaram os debates que ocorreram ao longo do Encontro, culminando com a defesa de uma concepção de Educação de Jovens e Adultos que caminha na construção da identidade pedagógica própria e se contrapõe às visões mercantis que resumem os sujeitos da EJA a mão de obra.

Ao avaliar o lugar da EJA após 21 anos do seu reconhecimento como modalidade da Educação Básica, os Fóruns de EJA avaliaram também o seu papel como movimento social, considerando o atual contexto político brasileiro demarcado por um conjunto de retrocessos e o contexto da atual configuração geopolítica internacional.

Nesta perspectiva, os encaminhamentos aprovados no XV ENEJA reafirmam a defesa da Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação Popular, como instrumento de organização política que tem como foco, a defesa do

direito à Educação, como ferramenta imprescindível para a luta por outros direitos e a emancipação política e social de trabalhadores pobres que tem sua subjetivação recortada por diversas situações quem ampliam as desigualdades sociais.

Os resultados deste ENEJA implicam em responsabilidades aos 27 Fóruns Estaduais/Distrital na formulação de planejamentos específicos no contexto das especificidades de cada unidade da Federação e internamente nas microrregiões e municípios, na direção da capilarização do movimento social em defesa da EJA, construindo assim, a base do movimento, constituída por quem faz a EJA nesse país.

Ao lado de Fóruns fortalecidos com a representatividade dos segmentos afetos à EJA em todos os Estados, se faz necessário, o esforço para o fortalecimento da articulação Nacional do Coletivo dos Fóruns.

Assim, nos manifestamos pela Revogação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela e subtrai os investimentos públicos por 20 anos inviabilizando um projeto de país com desenvolvimento econômico e social sustentável, que supere as desigualdades históricas e no qual se pratique uma educação pública democrática como direito de todos os sujeitos da EJA, e, por isso, popular, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade social e que se contrapõe a todas as formas de preconceito sendo antiracista, antimachista, antisexistista, antimisógina, antixenófoba, antilgbtifóbica, assim contribuindo para a superação de todas as formas de discriminação.

Com essas palavras iniciais convidamos cada Fórum, cada coletivo e cada sujeito leitor deste documento a envolver-se na luta pela efetivação dos encaminhamentos aqui apresentados e desejamos uma excelente leitura compreensiva e crítica!

Fóruns de EJA do Brasil

II. REGIMENTO INTERNO e PROGRAMAÇÃO

CAPÍTULO I - DA REALIZAÇÃO, DO CARÁTER E DA ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Art. 1º Os Fóruns de EJA do Brasil, por meio do Fórum Estadual de EJA de Pernambuco realizarão o XV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA).

Art. 2º O XV ENEJA possui caráter mobilizador e deliberativo e apresentará um conjunto de propostas relativas à garantia da modalidade como Direito à educação de qualidade social, pública, gratuita, democrática, inclusiva e laica.

§ 1º Com base no lema mobilizar-socializar-intervir, o XV ENEJA pretende possibilitar uma aproximação dos segmentos envolvidos com a EJA sobre questões centrais para a formulação de políticas de EJA nos governos municipais, estaduais e federal.

§ 2º A concepção de qualidade social com a qual trabalhamos é aquela originária do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, implica prover educação com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população, tendo como valores fundamentais a solidariedade, a justiça, a honestidade, o conhecimento, a autonomia, a liberdade e a ampliação da cidadania. Como consequência, alcançaremos a inclusão social, por meio da qual todos os(as) brasileiros(as) tornar-se-ão aptos(as) ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando as ações coletivas possíveis e necessárias ao encaminhamento dos problemas de cada um, da comunidade e da sociedade onde vivem e trabalham. A educação, nessa perspectiva, dirige-se ao ser humano integral, considerando todas as dimensões de sua relação com o mundo

Art. 3º O XV ENEJA ocorrerá de 27 a 30 de novembro de 2017, na cidade de Petrolina/PE.

Art. 4º Os participantes do XV ENEJA serão os delegados dos vinte e seis Fóruns Estaduais de EJA e do Distrito Federal.

§ 1º Cada Fórum Estadual e o DF podem eleger até 12 delegados;

§ 2º Os delegados deverão representar os segmentos de Educando, Educador, Gestor, Docente da Educação Superior, Discente da Educação Superior, ONG, Sistema S, Movimento Social e Movimento Sindical.

§ 3º Caso algum Fórum não preencha suas doze vagas, haverá distribuição de vagas remanescentes aos solicitantes conforme data e critérios estabelecidos pelo Coletivo das Coordenações dos Fóruns de EJA do Brasil.

§ 4º A formação dos delegados é de responsabilidade da coordenação estadual/distrital de maneira a assegurar sua compreensão do XV ENEJA como um encontro de trabalho com objetivos concretos resultantes dos trabalhos em Grupos e Plenárias Deliberativas.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º A realização deste Encontro, com a participação de delegados e delegadas, representantes dos diversos segmentos que compõem cada um dos 27 (vinte e sete) Fóruns Estaduais/Distrital de EJA, tem como objetivo avaliar as políticas de EJA, vinte e um anos após sua inserção na LDB como modalidade da Educação Básica e sua definição como direito público e subjetivo.

§ 1º Além disso, objetiva analisar as perspectivas de democratização desse direito na atual conjuntura nacional condicionada por crises econômicas, políticas, sociais e educacionais, onde se identificam avanços, retrocessos, possibilidades e limites do controle social.

§ 2º O Encontro deverá também fazer um balanço de ações político pedagógicas que ainda representam desafios para a EJA e buscar construir propostas de mobilização e de criação de novas possibilidades de efetivação do direito à EJA.

§ 3º Os Fóruns têm no XV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos um momento de interlocução e fortalecimento com vistas à construção de estratégias para se alcançar uma

política pública de Educação de Jovens e Adultos, observado a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 (LDB), a Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE/2014), e o Documento Pauta Nacional da EJA (Anexo I).

CAPÍTULO III DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º As inscrições dos delegados ao XV ENEJA serão realizadas pelo Portal dos Fóruns de EJA do Brasil.

§ 1º As inscrições serão realizadas pelas coordenações dos Fóruns Estaduais/Distrital, que receberão senhas específicas que estarão sob sua responsabilidade.

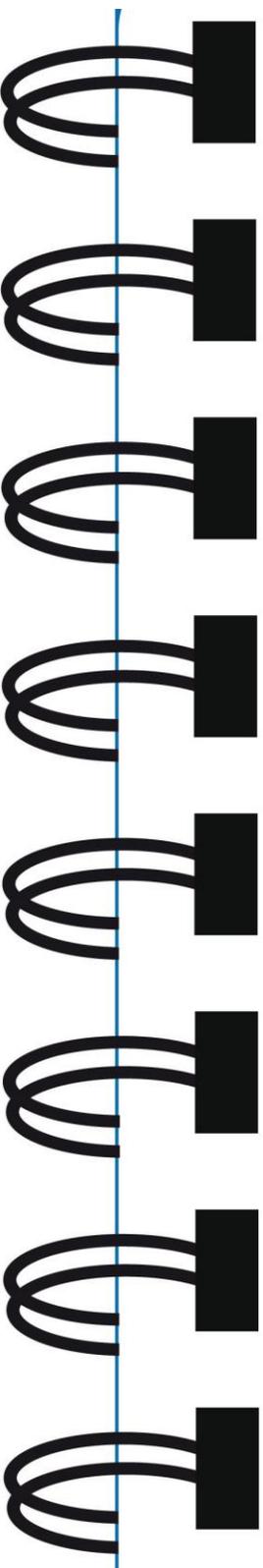
§ 2º Cada Fórum distribuirá seus delegados pelos doze GTs dos dias 28 e do dia 29 de forma a possibilitar a presença em números semelhantes em todos os GTs nas discussões de todas as temáticas, pois se trata de encontro de trabalho.

§ 3º A relação dos delegados em cada GT será organizada pelo Portal considerando possível GTs apontados na inscrição, ordem de inscrição e existência de vagas.

CAPÍTULO IV - DO TEMÁRIO E DA PROGRAMAÇÃO

Art. 7º O tema central do XV ENEJA é 21 anos da EJA como modalidade na LDB. E na prática?

Art. 8º Organização do XV ENEJA



7/11/2017

12h às 17h Credenciamento

19h Abertura/ Momento cultural/

*19h às 20h Conferência de abertura
do evento 20h às 20h30 Apresentação
Cultural*

21h00 Coquetel de confraternização

28/11/2017

*8h às 8h30 Momento
Cultural 9h às 12h
Mesa temática*

12h às 13h30

*Almoço 13h30 às
18h30 Grupos de
trabalho 18h30*

às 20h Jantar

29/11/2017

*DE 8h às 12h Grupos de
trabalho 12h às 13h30*

*Almoço
13h30 às 17h Conclusão dos Grupos de Trabalho 17h às 18h Exposição de
banners*

18h às 20h Jantar

20h às 22h Reunião das coordenações dos Fóruns

30/11/2017

*8h às 8h30 Momento cultural 8h30 às 12h Plenária Final 12h
às 13h30 Almoço*

14h Reunião dos representantes dos Fóruns

12h às 18h Traslado para aeroporto e rodoviária

Art. 9º. Quanto à Conferência de Abertura, a conferencista será a Professora Teresa Leitão Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Pernambuco (Alepe).

Parágrafo Único: Por se tratar de Conferência Magna não haverá abertura de microfone para questões ao final.

Art. 10 Quanto à Mesa Temática teremos a participação de um representante do Governo Federal que discorrerá sobre “O Lugar da EJA no MEC” e um representante dos Fóruns de EJA do Brasil que discorrerá sobre “A Pauta Nacional da EJA”.

Art. 11 Quanto aos Grupos de Trabalhos (GT) será a seguinte a organização:

A - Dia 28 - RODADA 1 - os grupos, compostos por 27 pessoas cada, no mínimo uma de cada Fórum Estadual/Distrital, discutirão, respondendo às questões que se seguem, a partir do estudo prévio do Documento

Pauta Nacional dos Fóruns de EJA do Brasil (Apêndice I).

Grupo 1: População negra na EJA

1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo a questão racial?*
2. *As especificidades da população negra, trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?*
3. *Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA para a população negra?*

Grupo 2: Gênero na EJA

1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo a questão de gênero?*
2. *As especificidades de gênero trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?*
3. *Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA para as pessoas de todas as orientações sexuais e as identidades de gênero?*

Grupo 3: Formação de educadores para a EJA

1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo a formação dos educadores?*
2. *As especificidades dos sujeitos para o trabalho com a Formação de Educadores na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?*

3. Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à formação de educadores para a modalidade atenta para o modelo pedagógico próprio previsto para atender as especificidades que consolide o direito à EJA?

Grupo 4: Privados de liberdade na EJA

1. A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo aos sujeitos privados de Liberdade?

2. As especificidades dos sujeitos privados de liberdade trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?

. Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA para as pessoas privadas de Liberdade?

Grupo 5: EJA integrada à Educação Profissional

1. A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo a concretização da Meta 10 do PNE?

2. As especificidades da EJA integrada à Educação Profissional trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?

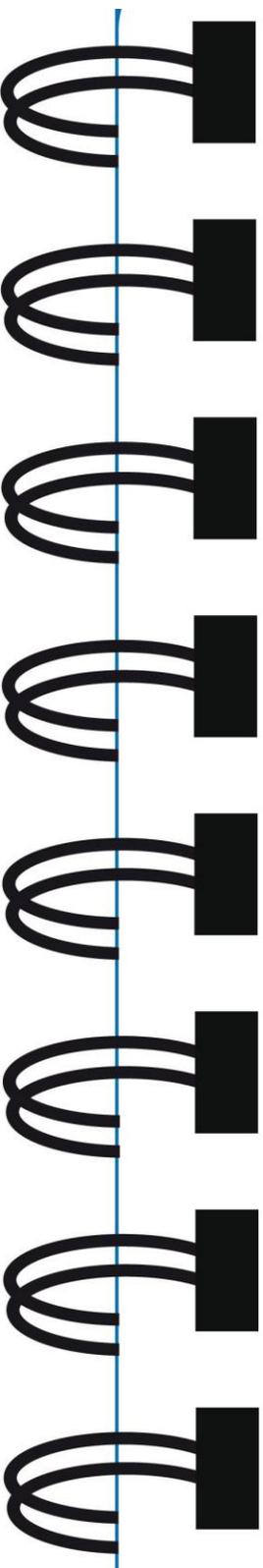
3. Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA integrada à Educação Profissional?

Grupo 6: Educação do e no campo e EJA

1. A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo às demandas da Educação do e no Campo?

2. As especificidades da Educação do e no Campo trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?

3. Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA no e do Campo?



Grupo 7: Pessoas com deficiência na EJA

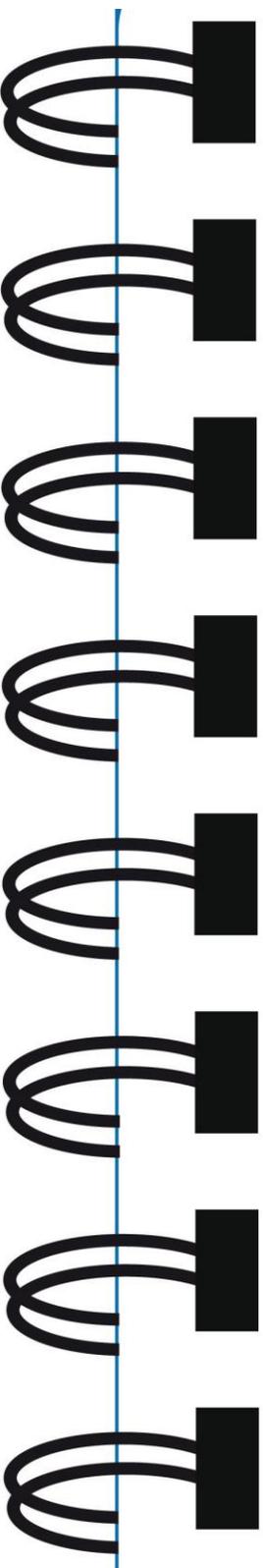
1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo às demandas das Pessoas com Deficiência?*
2. *As especificidades das Pessoas com Deficiência trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?*
3. *Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA para as pessoas com deficiência?*

Grupo 8: EJA na perspectiva da Educação Popular

1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo aos princípios da Educação Popular?*
2. *As especificidades da Educação Popular, trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?*
3. *Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA na perspectiva da Educação Popular?*

Grupo 9: Alfabetização na EJA

1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo a Alfabetização?*
2. *As especificidades das pessoas não alfabetizadas, trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção do currículo na EJA?*
3. *Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA à alfabetização como integrante da EJA?*



Grupo 10: Avaliação na EJA

1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo a questão da Avaliação?*
2. *As especificidades dos sujeitos da EJA, trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção dos processos avaliativos?*
3. *Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à Certificação?*

Grupo 11: Financiamento na EJA

1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, pensando em financiamento?*
2. *As especificidades dos sujeitos, trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na definição do Financiamento para a EJA?*
3. *Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à isonomia da EJA em relação ao conjunto da Educação Básica?*

Grupo 12: Políticas Inter Setoriais

1. *A materialização da EJA como direito, considerando os sujeitos e suas pautas, se realiza em que medida, atendendo às Políticas Inter Setoriais?*
2. *As especificidades dos sujeitos da EJA, trabalhadas na perspectiva do direito, tem sido consideradas na construção de Políticas Intersetoriais?*
3. *Qual é o papel dos Fóruns de EJA do Brasil na garantia do direito à EJA nas Políticas Inter Setoriais?*
 - a. *Cada um destes 12 grupos aprovará, NO MÁXIMO, duas propostas que serão defendidas por seus membros*

como fundamentais nos GTs do dia seguinte, informando o acúmulo do dia anterior e das Mesas.

B - Dia 29 – Rodada 2 -

Grupos compostos por pelo menos um participante de cada um dos grupos anteriores, informando o acúmulo dos dias anteriores na Conferência Magna, na Mesa Temática e nos GTs e formulando, no máximo, TRÊS propostas a serem levadas a Plenária Final.

Grupo 13 - Fórum de EJA Minas Gerais – Coordena e Relata

Grupo 14 - Fórum de EJA Pará – Coordena e Relata

Grupo 15 - Fórum de EJA Paraíba – Coordena e Relata

Grupo 16 - Fórum de EJA Paraná – Coordena e Relata

Grupo 17 – Fórum de EJA Pernambuco – Coordena e Relata

Grupo 18 – Fórum de EJA Piauí – Coordena e Relata

Grupo 19 – Fórum de EJA Rio de Janeiro – Coordena e Relata

Grupo 20 - Fórum de EJA Rio Grande do Norte – Coordena e Relata

Grupo 21 - Fórum de EJA Rio Grande do Sul – Coordena e Relata

Grupo 22 - Fórum de EJA Rondônia – Coordena e Relata

Grupo 23 - Fórum de EJA Roraima – Coordena e Relata

Grupo 24 - Fórum de EJA Santa Catarina – Coordena e Relata

Art. 12 Cada Fórum Estadual/Distrital deverá encaminhar o nome de um delegado que tenha experiência com relatoria para compor a Comissão de Relatoria que se reunirá todos os dias ao final dos trabalhos.

§ 1º Ao final dos trabalhos de Grupos, o Fórum Estadual/Distrital responsável pela coordenação e relatoria do GT deverá entregar a redação das DUAS propostas no dia 28 e das TRÊS propostas no dia 29 para a coordenação da Comissão de Relatoria, por mensagem de e-mail, em formato DOC.

§ 2º Somente serão consideradas propostas completas que tragam explícito quem faz, o que faz,

como faz, onde faz, quando faz, com que recursos faz.

§ 3º Deverão ser propostas para garantir a Pauta Nacional da EJA e, portanto, de factível execução pelos Fóruns de EJA.

Art. 13 Quanto à Plenária Final, os trabalhos constarão da apreciação pelos delegados das propostas originárias das Rodadas 1 e 2, já trabalhadas pela Comissão de Relatoria.

§ 1º Durante a Plenária Final serão feitas:

I – apresentação da equipe de coordenação dos trabalhos definida pelas coordenações estaduais/distrital, a saber, um coordenador e três auxiliares, sendo um encarregado de tempo e inscrições; um encarregado de digitação de resultados das votações em telão visível a todos e um encarregado de receber solicitações feitas à Mesa.

II – leitura do conjunto das propostas de cada GT e concomitante pedido de destaque a cada proposta lida.

a. As propostas que não forem destacadas estarão automaticamente aprovadas.

III - apresentação, verificação da existência de posicionamento contrário, defesa e votação dos destaques que se dará sempre na ordem de manter o texto original ou proceder a alteração.

a. O tempo de fala dos delegados que se manifestarem sobre as discussões será de até 3 minutos de duração, salvo manifestação em contrário pelo plenário.

IV – apresentação e apreciação de Moções.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo coletivo das coordenações estaduais/distrital dos Fóruns de EJA do Brasil.

III. PAUTA NACIONAL DA EJA



Conjunto de Ações

elaborado pelos Fóruns de EJA do Brasil, pela CNAEJA e pelo GT 18 da Anped

a ser efetivado pelo MEC em 2016 por solicitação do Ministro da Educação

1. Assumir a **concepção de EJA na perspectiva da Educação Popular** de forma que todas as ações empreendidas tenham como pressuposto o direito à Educação que visa a emancipação popular; a participação popular nos espaços públicos; a equidade nas políticas públicas fundamentada na solidariedade, na amorosidade; o conhecimento crítico e transformação da realidade; a avaliação e sistematização de saberes e práticas; e a justiça política, econômica e socioambiental.

2. **Chamada Pública** aos educandos para a EJA, da alfabetização à continuidade de estudos, feita pelo MEC como indutor desta ação junto aos gestores municipais e estaduais/distrital, por meio de propaganda nacional na TV a ser divulgada em horário nobre; em rádio em horários adequados; sites oficiais; durante jogos de futebol nos campos e na imprensa; pelos Correios por meio de Carta Social; anunciadas no início de sessões de cinema, bem como divulgação feita por lideranças religiosas (padres, pastores, pais de santo...).

a. com maior intensidade no início de cada semestre e continuidade ao longo do ano, evidenciando que as matrículas na EJA são contínuas;

b. Divulgar nos sites do MEC, dos Fóruns de EJA, Undime, Consed, prefeitura/secretaria de educação, a lista

das escolas de EJA atendidas em cada estado/município e seus respectivos endereços e telefones de contato.

3. **Nota Técnica do MEC aos gestores**, apresentando a necessidade de ações articuladas às políticas de acesso e de permanência tendo o MEC como indutor, por meio de um documento que pontue:

- que a **Base Nacional Curricular Comum para a EJA** será elaborada pelos envolvidos com EJA e considerando a especificidade da modalidade tal qual preconiza a LDB e o Parecer 11/2000;
- que a **formação continuada** dos educadores é fundamental para se ter um corpo técnico valorizado e que atenda às especificidades da modalidade;
- que é fundamental que os **Fóruns Permanentes** previstos na estratégia 19.3 do PNE sejam implementados com composição, no mínimo, semelhante à do FNE para ampliar o diálogo;
- que ofertar EJA contribui para o **aumento da escolarização de netos e filhos dos trabalhadores**;
- que a **alfabetização é o primeiro momento da EJA** e que é fundamental que seja ofertada a **continuidade de estudos**, sob pena de se perder todo o trabalho realizado, conforme as pesquisas demonstram;
- que é fundamental garantir o direito à **educação de qualidade social** historicamente negado aos sujeitos educandos da EJA;
- que é fundamental cessarmos o fechamento de turmas de EJA, pois estamos trabalhando com **TRABALHADORES QUE ESTUDAM** e não com estudantes que, às vezes, trabalham.

4. **Base Nacional Curricular Comum para a EJA** construída de forma democrática e participativa onde o MEC induza a construção de uma Política Pública de EJA a partir da discussão de um Documento que reúna contribuições da Lei 13.005/2014, do Documento Preparatório para a Confinteia, do Parecer 11/2000, da LDB, do Documento Contribuições para a construção de uma Política Nacional de Alfabetização na EJA e o Marco de Ação de Belém.

a. Construção **feita com a participação** dos educandos, dos educadores, dos Movimentos Sociais, dos Fóruns de

EJA do Brasil, da CNAEJA, de ONGs, da Educação Superior, dos Institutos Federais Tecnológicos, dos MOVAs, do Ministério Público, dos gestores públicos municipais e estaduais, das Secretarias do MEC e de outros Ministérios que tenham ações intersetoriais e interministeriais com a EJA;

*b. Promoção de um **movimento de construção** que se dê ao longo do próximo ano, em âmbito socializado ascendente a partir do municipal, estadual/distrital, regional, nacional;*

*c. Apresentação das deliberações finais deste processo, com garantia do **encaminhamento ao final do mesmo ao Conselho Nacional de Educação.***

5. Formação inicial de educadores específica para atuar com turmas de EJA.

*a. realizada em Cursos de Graduação de Pedagogia, realizados por meio de uma **pedagogia própria** (Pedagogia da EJA), construídos em conjunto com movimentos, instituições, fóruns.*

*b. Esta formação demanda **investimentos adequados** para que se tenha um corpo docente especializado na modalidade, com carreira própria e metodologia específica, para se ter um trabalhador em educação valorizado;*

*c. Essa **formação inicial deve focar** a práxis pedagógica e os princípios da educação popular, o mundo do trabalho, a qualidade social da educação, a educação profissional, a gestão, as questões da diversidade e geracional, a intersetorialidade, as tecnologias da comunicação e informação, sustentabilidade e educação ao longo da vida, entre outros conceitos;*

*d. Incentivo do MEC aos **Cursos de Licenciaturas** que incluam disciplinas que tratem de EJA em seus currículos para a formação inicial de docentes, como, por exemplo, liberação de uma vaga para concurso de professor para a EJA com currículo discutido com a Secadi;*

*e. É importante que se pense também na **formação de gestores** para que se constituam redes educativas que atendam à especificidade da modalidade.*

6. Que o MEC leve a pauta da **isonomia do fator de ponderação da EJA no Fundeb, à Comissão**

Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade que delibera sobre a temática da qual fazem o Ministro, o Consed, a Undime e outros.

*a. A modalidade EJA exige tratamento diferenciado em função de sua especificidade e natureza. São necessárias **metodologias, materiais didáticos e espaços educativos adequados** à modalidade e para isso é preciso garantir a ampliação dos recursos atuais;*

*b. indicativo real do **Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi)** e do **Custo Aluno Qualidade (CAQ)**, para garantir acesso, permanência e continuidade da escolarização, levando em consideração a necessidade de Chamada Pública constante e de custos diferenciados em função da especificidade da modalidade.*

*7. Induzir através de financiamento e suporte técnico **várias maneiras de oferta da EJA na forma integrada à Educação Profissional (Meta 10 – PNE)**, sempre de modo a combinar escolaridade e educação profissionalizante, nos moldes do PROEJA, com cursos ofertados, sobretudo pelos IFTs e por gestores públicos, com currículo que dialogue com a qualificação do trabalho dos sujeitos educandos, desde o início até o fim dos cursos.*

*a. Fortalecimento da **educação de jovens e adultos articulada ao mundo do trabalho**, estimulando o acesso e a permanência do jovem e do adulto, propiciando qualificação tecnológica e social e promovendo a integração de jovens e adultos trabalhadores à vida comunitária.*

*8. Garantia da **criação e ampliação de novas turmas de alfabetização, que é parte integrante da EJA**, para comunidades indígenas, quilombolas, população do campo e privados de liberdade, por meio de mecanismos como a Resolução n° 48.*

*a. Promoção de uma **ampla divulgação da Resolução 48** para maior conhecimento por parte de Estados/Distrito Federal e Municípios.*

9. *Fomentar ações formativas e de discussão/proposição de políticas públicas que garantam a visibilidade da EJA, como encontros nacionais e regionais, congressos, seminários, a exemplo do Seminário Internacional de Educação ao Longo da vida, da Confinteia Brasil+6 e do Programa Nacional dos Fóruns de EJA do Brasil (PRONAFEJA).*

10. *Realização de avaliação externa do Programa Brasil Alfabetizado a fim de propor um novo desenho de atuação para a superação do analfabetismo, com base na proposta já elaborada em conjunto com Fóruns de EJA do Brasil e Cnaeja, em final de 2013/início de 2014.*

a. *Dar a conhecer os resultados das avaliações externas do Programa Brasil Alfabetizado que estão em curso, bem como as experiências exitosas neste campo e que se identificam com a Educação Popular, tanto em sua teoria como em suas práticas.*

11. *Garantia da participação popular na elaboração de uma política nacional de educação de jovens e adultos incluindo especialistas no tema que atuem nas Instituições de Educação Superior, ONGs e redes de ensino, além de movimentos sociais, contemplando o previsto na Constituição Cidadã, na Lei 13.005/2014, no Documento Preparatório para a VI Confinteia, na LDB, no Documento Contribuições para a construção de uma Política Nacional de Alfabetização na EJA e o Marco de Ação de Belém.*

a. *Criação de estratégias e mecanismos de certificação de saberes dos educandos jovens e adultos, para reconhecimento, validação e certificação de todas as formas de aprendizagem, pela criação de referenciais de equivalência, com flexibilidade de datas para a realização das provas, dando ampla divulgação sobre onde são realizadas;*

b. *Retomada de ações que vinham sendo realizadas pela SECADI com resultados concretos de organização e repercussão no campo da educação de jovens e adultos, como a Agenda Territorial, sem a necessária vinculação*

de verbas aos governos estaduais, podendo ser feito o repasse, por meio de IES, por exemplo;

c. Construção de um diagnóstico da demanda e da oferta, bem como sobre as características da EJA nos estados e no Distrito Federal, a partir de dados por município

levantados pelos Fóruns de EJA, nos anos de 2016 e 2017, com o intuito de contribuir para a elaboração e o fortalecimento da Políticas Públicas de EJA, levando em conta:

- *construção de um quadro diagnóstico e uma avaliação das ações realizadas em cada Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, desde os Fóruns e também da SECADI/MEC;*
- *construção de um quadro diagnóstico que identifique a demanda, em nível nacional, de pessoas com deficiência, com 15 anos ou mais que não concluíram a Educação Básica;*
- *realização por estados e municípios de censo específico de EJA, a cada dois anos, a fim de localizar e quantificar a demanda, em parcerias como, por exemplo, com o Programa Saúde da Família, por meio de agentes de saúde que visitam os domicílios,*
- *realização de audiências públicas para socialização dos diagnósticos e avaliações sobre a EJA;*
- *organização de um grupo virtual para socialização dos cronogramas de trabalho e das metodologias utilizadas no processo de construção do diagnóstico, através da elaboração de um projeto de trabalho que apresente um roteiro orientador a ser encaminhado aos municípios;*
- *busca de parceiros nas/das universidades, centros de pesquisas, ONGs, Movimentos Sociais e outros que trabalhem com EJA;*
- *realização de encontros formativos sobre a importância das pesquisas quantitativas/qualitativas sobre a oferta e demanda da EJA; construção de uma pauta comum a partir do diagnóstico.*

12. Instalação, a partir de 2016, de “Salas de Acolhimento”, com profissionais qualificados, para atender

crianças, nos espaços educativos onde a modalidade é ofertada, para assegurar melhores condições de acesso e permanência dos educandos da EJA.

a. Promover **formação aos gestores públicos** considerando o aspecto importante de que 70% dos jovens que não estudam e não trabalham são mulheres, sendo que 58% delas tem ao menos um filho, ou seja, parte do abandono da escola e do fato de não trabalhar se justifica pela necessidade de cuidar do filho. A gravidez das jovens torna-se uma chave explicativa importante, sendo necessário considerar que grande parte dessas mulheres jovens, geralmente, não tem acesso às creches para garantir o cuidado e a educação dos filhos;

b. Promover formação aos gestores públicos considerando a necessidade de que os **profissionais qualificados** que atenderão aos filhos e filhas de educandos da EJA tenham formação específica de educadores de crianças que sejam qualificados para tratar com crianças.

13. Fomento pelo MEC de **ampliação da oferta da Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadores no campo**, integrada à qualificação profissional com práticas agroecológicas, voltadas à agricultura familiar, à economia solidária sustentável, com enfoque na agroecologia, contextualizadas nas diferentes realidades e necessidades regionais e culturais, visando um projeto de educação popular campesina e favorecendo a permanência e a sucessão na agricultura familiar para garantia de direito à educação de Jovens, Adultos e Idosos camponeses.

14. Incentivo do MEC, em parceria com o MDS e do MDA, do cumprimento da legislação existente que determina que a **aquisição da alimentação escolar, por meio do PNAE**, seja, no mínimo, 30% da agricultura familiar, preferencialmente, de forma descentralizada, de forma que as unidades escolares façam tal aquisição diretamente das comunidades produtoras adjacentes para favorecer o desenvolvimento familiar, a sucessão rural e a permanência de jovens e adultos no campo, integrando saberes, lutas e vivências.

15. Fomentar a **criação/ampliação da oferta diurna** de turmas de EJA de maneira a atender àqueles trabalhadores que dela tenham necessidade e a jovens, entre os 15 e os 17 anos, que assim o desejarem.

16. Fomentar a oferta de turmas de EJA em **espaços escolares e não escolares**, nestes últimos, desde que sob responsabilidade de algum ente federado.

17. Fomentar encontros com gestores municipais, estaduais/distrital que discutam a necessidade de **criar e garantir condições para que jovens de 15 a 17 anos conciliem educação e trabalho**, seja em função das políticas de correção de fluxo no ensino fundamental, que terminam por “empurrá-los” para a EJA, ainda que não exista determinação legal que ampare esse descolamento.

a. Promover diálogos com gestores públicos destacando a **necessidade de formação profissional para jovens** que reflita as oportunidades locais, mas, também, as aspirações profissionais desses, com qualificação do trabalho;

b. Promover **estudos e pesquisas** sobre o atendimento aos adolescentes de 15 a 17 anos na EJA e as questões geracionais.

18. Fomentar a **formação continuada de educadores da EJA no âmbito da pós-graduação** (especialização, mestrado e doutorado) e em serviço, assumidas pelas instituições de educação superior (prioritariamente por universidades públicas) e secretarias municipais e estaduais/distrital a que se vinculam, com foco na EJA, construídos em conjunto com movimentos sociais, instituições, ONGs, fóruns de EJA, no que se refere às políticas e às práticas pedagógicas;

a. Esta formação demanda investimentos adequados para que se tenha um **corpo docente especializado na EJA, com metodologia específica e carreira**, assumidos pelas redes de ensino públicas e IFEs;

b. A **formação continuada** deve focar a organização e práxis pedagógica, os princípios da educação popular, a qualidade social da educação, a gestão, o mundo do trabalho, educação profissional integrada, as questões da diversidade e geracional, a intersetorialidade, as Tecnologias da Comunicação e Informação, sustentabilidade e educação ao longo da vida, entre outros conceitos, para que se constituam redes educativas que atendam à especificidade da modalidade;

c. Promover a formação continuada específica para as salas multisseriadas e prisionais, com metodologias que contribuam para o interesse dos educandos, convencendo-os a cada dia da importância do seu retorno à sala de aula, envolvendo também os gestores e agentes.

19. **Articulação do MEC com Undime, Consed, Conif, Fórum de Pró-Reitores, Forumdir e outros** para realizar nas reuniões destas entidades, momentos de fala pelo MEC e Fóruns de EJA buscando informar e evidenciar aos gestores sobre a importância da modalidade, suas demandas e a garantia do direito à educação.

20. Retomada da discussão sobre a **idade mínima na EJA** tendo em conta a ampliação da idade escolar obrigatória.

21. Retomada/avaliação do **PNLD EJA** de modo que se considerem a especificidade da mesma, com editais para a produção de materiais próprios, inclusive articulados pelas redes de ensino com as instituições de educação superior, e não apenas pelas editoras.

a. produção de material impresso em gráficas públicas, assim como a garantia do acesso à banda larga para uso de educandos da EJA;

b. Proporcionar na formação continuada dos trabalhadores da Educação na EJA subsídios para a produção/reprodução de materiais didáticos/paradidáticos regionais específicos para a modalidade, incentivando a criação de trabalhos de educandos, educadores, redes de ensino, instituições e movimentos sociais, a serem publicados, enriquecendo o acervo das bibliotecas e sendo utilizados em turmas da EJA.

22. Continuidade de apoio do MEC e demais organismos (CNPq, CAPES) às **pesquisas de EJA**; dos Centros de Referência em EJA e do Portal dos Fóruns de EJA.

IV. PLENÁRIA FINAL

1. ESTRATÉGIAS APROVADAS PARA EFETIVAR A PAUTA NACIONAL DA EJA

GT1: População negra na EJA

<i>Pauta nacional</i>	<i>Estratégia</i>
<i>PAUTA11. elaboração de uma política nacional de educação de jovens e adultos, acréscimo ao item c.</i>	<i>Que os Fóruns Municipais, Estaduais e Distrital de EJA em parceria com os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, as IES , as secretarias de educação, movimentos negros etc, de acordo com a realidade local, construam, apliquem, analisem e avaliem as informações produzidas para a realização de um diagnóstico do maior número de municípios, atentando sempre para as possibilidades de cada fórum local e, que durante este levantamento diagnóstico busquem unificar as metodologias de pesquisa, guardando as especificidades locais, para que seja possível fazer o cruzamento de dados em todo o país. Cada fórum deverá apresentar uma prévia dos diagnósticos no seu respectivo EREJA no ano de 2018 para socializá-lo no XVI ENEJA em 2019, no estágio de desenvolvimento em que o diagnóstico estiver.</i>
<i>PAUTA 5. Formação inicial de educadores para atuar com turmas de EJA; acréscimo ao item b.</i>	<p><i>Os Fóruns Municipais, Estaduais e Distrital de EJA em parceria com os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, as IES , as secretarias de educação, conselhos municipais, estaduais e distrital de educação, conselhos tutelares, movimentos negros etc, de acordo com a realidade local deverão:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <i>1- Cobrar dos gestores o cumprimento das diretrizes, orientações e demais documentos normativos que decorrem das legislações anteriormente mencionadas para serem trabalhadas nas turmas de EJA;</i> <i>2- Exigir dos municípios, estados e distrito federal que as formações dos trabalhadores</i>

da educação e gestores incluam a questão étnico-racial nas turmas de EJA;

3- Exigir do MEC que os editais de formação continuada incluam à questão étnico-racial na EJA;

4- Buscar efetivamente o diálogo entre os movimentos negros e os Fóruns de EJA;

5- Estimular os movimentos negros para que busquem construir, em diálogo com os estudantes da EJA, coletivos negros nas escolas de EJA ;

6- Lutar pela garantia de uniforme para os educandos e educandas da EJA, que optem por vesti-lo, como forma de diminuir as manifestações de racismo enfrentadas pelos educandos e educandas junto as forças policiais e a sociedade em geral;

7- Disseminar experiências exitosas na EJA no que tange ao trabalho sobre as questões étnico-raciais pautadas pelas leis lei 10639/03 e 11645/08.

8- Incluir a discussão do ECA e do Estatuto da Juventude na formação dos trabalhadores da educação da EJA para enfrentar os desafios da juvenilização da EJA .

9- Denunciar e acionar judicialmente as secretarias e os gestores de educação municipais, estaduais e distrital que descumprem a implementação das leis 10639/03 e 11645/08 nas turmas de EJA.

GT: 02 - Gênero na EJA

<i>Pauta 4. Base Nacional Curricular Comum para a EJA</i>	<i>Que todos os movimentos sociais e populares, bem com as instituições que atendem a modalidade, em espaços escolares e não escolares, o Ministério da Educação e os Fóruns de EJA do Brasil, construam uma Base Nacional Curricular para a modalidade, com agenda programática acordada coletivamente, realizando conferências/audiências municipais, estaduais e Nacional, debatendo questões de gênero e sexualidades na EJA, viabilizado por financiamento público por meio de rubricas de secretarias de Educação, Justiça, Cidadania, Direitos Humanos, Cultura e Ministério da Educação.</i>
---	--

GT 3: Formação de educadores

<i>Pauta 5. Formação Inicial de Educadores</i>	<i>Que os Fóruns de EJA do Brasil, elaborem e apresentem ao Conselho Nacional de Educação (CNE), até 31 de julho de 2018, a proposta de uma resolução que efetive a obrigatoriedade da existência em todos os cursos de Licenciatura, de uma disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com carga horária para práticas e estágios definidas.</i>
<i>Pauta 3. Formação Continuada de Educadores</i>	<i>Cada participante de qualquer nível de todos os segmentos deve incluir os movimentos populares, sociais e sindical, na formulação, organização e realização das atividades formativas propostas na Pauta Nacional da EJA para a Formação Continuada de Educadores, a partir de seu local de atuação, priorizando a participação de todos os segmentos no processo organizativo (reuniões, oficinas, seminários etc), com recursos disponíveis, sendo públicos ou das organizações envolvidas, no biênio que se segue de acordo com o calendário dos envolvidos.</i>

GT 4: Pessoas Privadas de Liberdade

<i>Pauta nacional</i>	<i>Estratégia</i>
<p><i>Pauta 5.</i> <i>Formação Inicial de Educadores</i></p> <p><i>Pauta 3. Formação Continuada de Educadores</i></p>	<p><i>Que o MEC, MJ e outros órgãos fiscalizadores, efetivem o cumprimento das normas vigentes, para a formação inicial e continuada de educadores específica para atuar com turmas de EJA PRISIONAL em seus diferentes níveis de ensino, com a construção de indicadores de monitoramento com a participação de representantes dos Fóruns de EJA, desenvolvendo parcerias entre os ministérios citados e as secretarias estaduais de educação e segurança, utilizando recursos do FUNPEN e do FUNDEB, a partir de 2018, até o final da vigência do PNE.</i></p>

GT 5: EJA Integrada à Educação Profissional

<i>Pauta nacional</i>	<i>Estratégia</i>
<p><i>PAUTA 7. Meta 10 do PNE</i></p>	<p><i>Que os Fóruns de EJA do Brasil articulem a criação de frentes parlamentares em defesa da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (segundo princípios teóricos metodológicos do PROEJA) nos municípios, estados, união e distrito federal, para institucionalização de políticas públicas, publicizando os documentos resultado do XV ENEJA junto aos vereadores, deputados e senadores criando agenda de eventos, compromisso comunitário (a exemplo de audiências públicas, café com prefeito etc), até março de 2018.</i></p>

<p><i>PAUTA 7. Meta 10 do PNE</i></p>	<p><i>Que os Fóruns de EJA do Brasil articulem junto às instituições que ofertam ou irão ofertar Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional a construção coletiva de currículo visando a integração dos saberes, desenvolvendo em ação permanente, reuniões com os gestores, educadores, técnicos e educandos e educandas das instituições em parcerias, a exemplo do CAPES/PROEJA.</i></p>
<p><i>PAUTA 15. Fomentar a criação/ampliação da oferta diurna de turmas de EJA</i></p>	<p><i>Os representantes dos Fóruns de EJA do Brasil dialogarão e cobrarão a criação e ampliação da oferta diurna de turmas da EJA, de maneira a atender às demandas existentes, respeitando todas as idades e especificidades, nos espaços formais e não formais, com verbas Federal, Distrital, Estadual, Municipal e de diferentes parcerias, através de audiências com CONSED e UNDIME e com audiências públicas dos Fóruns Estaduais e Municipais de Educação, a partir do primeiro semestre de 2018.</i></p>

GT: 06 Educação do e no Campo e EJA

<i>Pauta nacional</i>	<i>Estratégia</i>
<p><i>PAUTA 13. Fomento pelo MEC de ampliação da oferta da Educação de Jovens, Adultos e Idosos trabalhadores no campo, integrada à qualificação</i></p>	<p><i>Que a União, Estados, DF e Municípios consolidem a política de educação no/do Campo, garantindo o transporte escolar intra-campo; promovendo, por meio das IES, IFs, secretarias municipal e estadual/distrital, a formação inicial e continuada para os educadores(as) da EJA, voltada para aprendizagens significativas e contextualizadas, bem como promovam a valorização profissional (salário, concursos públicos que atendam a especificidade da EJA no e do Campo, carreira etc).</i></p>

<i>profissional</i>	
---------------------	--

GT 7: Pessoas com Deficiência

<i>Pauta nacional</i>	<i>Estratégia</i>
<i>PAUTA 11. c. Construção de um diagnóstico da demanda e da oferta</i>	<i>Que a União, Estados, DF e Municípios assegurem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro do horário específico dos educandos e educandas da EJA, cumprindo o artigo 37 da LDB/2017, no seu § 1º, por meio de investimento de Recursos específicos das esferas Federal, Estadual/Distrital e Municipal destinados a instituições de ensino formais e/ou não formais ou em centros de AEE da rede pública, a partir de 2018.</i>
<i>PAUTA 3. Formação Continuada de Educadores</i>	<i>Que a União, Estados, DF e Municípios ofereçam para todos os professores formação continuada rompendo as barreiras atitudinais e de acessibilidade, a partir de 2018, por meio de instituições de ensino formais da rede pública, que ofertem Cursos presenciais e EaD, utilizando recursos específicos das esferas Federal, Estadual/Distrital e Municipal .</i>

GT 8: Educação Popular

<i>Pauta nacional</i>	<i>Estratégia</i>
-----------------------	-------------------

<p><i>PAUTA 1. Adoção da concepção de EJA na perspectiva da Educação Popular</i></p>	<p><i>Que os Fóruns de EJA do Brasil realizem ações formativas com foco na perspectiva da Educação Popular (jornadas, plenárias, palestras, seminários) de modo a fortalecer a concepção da Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação Popular, por meio de autofinanciamento e parceiras, estabelecendo e fortalecendo o diálogo com toda a comunidade escolar, movimentos sociais e populares, sindicatos, poder público em todas as esferas, organizações sociais e entidades religiosas, associações de moradores, universidades, em ação unificada realizada em maio/2018.</i></p>
--	--

GT 9: Alfabetização na EJA

<i>Pauta Nacional</i>	<i>Estratégia</i>
<p><i>PAUTA 8. Garantia da criação e ampliação de novas turmas de alfabetização, acréscimo ao item a.</i></p>	<p><i>Que União, UNDIME, UNCME, Estados, Municípios, Distrito Federal, MP, Fóruns, IES criem e ampliem turmas de alfabetização em espaços escolares e não escolares, em todos os espaços onde haja demanda, com condições efetivas de aprendizagem e trabalho, com verbas públicas para escolas públicas e movimento sociais populares, a partir de 2018. Garantir o direito dos 14 milhões de brasileiros que não tiveram direito ou acesso à alfabetização quando eram crianças e adolescentes, provocando os entes federados a garantir:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• a continuidade da escolarização destes sujeitos, com tempos e espaços escolares pedagógicos, respeitando as especificidades e peculiaridades dos educandos e educandas;</i> <i>• o currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade;</i> <i>• a matriz curricular construída coletivamente;</i> <i>• a aprendizagem dos educandos e educandas, através do acompanhamento e monitoramento ao longo de todo processo educacional;</i> <i>• as matrículas efetuadas a qualquer tempo.</i>

<p><i>PAUTA 8. Garantia da criação e ampliação de novas turmas de alfabetização, acréscimo ao item a.</i></p>	<p><i>Que a União, Estados, DF e Municípios e demais parceiros, garantam esta ampliação e criação, através de documentos legais que normatizem a garantia do atendimento com qualidade, em todos os turnos escolares, atendendo às especificidades e peculiaridades da modalidade, nos espaços formais e não formais, com verbas públicas para escolas públicas e movimento sociais populares, a partir de 2018.</i></p>
---	--

GT 10: Avaliação na EJA

<i>Pauta nacional</i>	<i>Estratégia</i>
<p><i>PAUTA 11. acréscimo ao item a. Criação de estratégias e mecanismos de certificação de saberes dos educandos jovens, adultos e idosos, para reconhecimento, validação e certificação de todas as formas de aprendizagem</i></p>	<p><i>Que a União, Estados, DF e Municípios em parceria com IES, Fóruns de EJA, Sindicatos, ONGs e Movimentos Sociais e/ou Identitários, criem espaços de formação (Centros de Formação) para reconhecimento, qualificação e avaliação de aprendizagem dos educandos e educandas (as) considerando saberes acumulados ao longo da vida dos mesmos, tendo em vista o chão da escola para reconhecimento, validação e certificação, superando as avaliações externas e de larga escala, utilizando recursos oriundos do Governo Federal repassados aos Estados/Distrito Federal e Municípios, ao longo de todo o processo formativo.</i></p>

<i>PAUTA 11. acréscimo como item d.</i>	<i>Que a União, Estados, DF e Municípios em parceria com as IES elaborem um programa de acompanhamento e formação voltado para o sistema de avaliação implantado nas redes municipais e estaduais/distrital de EJA, articulado com os Fóruns de EJA em parceria com Sindicatos, ONGs e Movimentos Sociais e/ou Identitários com recursos do Governo Federal para as IES Federais de forma contínua e com planejamento bienal.</i>
---	---

GT 11: Financiamento na EJA

<i>Pauta nacional</i>	<i>Estratégia</i>
<i>PAUTA 08. Garantia da criação e ampliação de novas turmas de alfabetização, que é parte integrante da EJA</i>	<i>Que o Coletivo dos Fóruns de EJA, por meio de sua militância, busque junto ao MEC ampla divulgação da Resolução 48 (05 de 31/03/17), para maior conhecimento por parte de Estados/Distrito Federal e Municípios, criando uma Comissão Específica para elaboração de uma cartilha sobre a resolução e financiamento da EJA em diálogo com a FINEDUCA. Iniciar no primeiro semestre de 2018.</i>
<i>PAUTA 06. Isonomia do fator de ponderação da EJA no Fundeb.</i>	<i>Que os Fóruns de EJA (Estadual, Distrital e Municipais) estabeleçam diálogo com os movimentos populares e com o Fórum Nacional Popular de Educação para cobrar do MEC, UNDIME, e CONSED outros órgãos de poder constituído, a partir do primeiro semestre de 2018, para que o indicativo real do CAQi e do CAQ sejam implementados objetivando garantir acesso, permanência e continuidade da escolarização, levando em consideração a necessidade de Chamada Pública constante e de custos diferenciados em função da especificidade da modalidade, instituindo a semana em defesa do direito a EJA com previsão de ações articuladas em todo país – Sugestão: maio.</i>

2. PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS NOVAS APROVADAS PARA INCORPORAR A PAUTA NACIONAL DA EJA

GRUPO 13

Os Fóruns de EJA em parceria com UNDIME, UNCME, SEE, SME, fomentarão a criação de Centros Exclusivos de Educação de Jovens Adultos e Idosos através de projetos construídos conjuntamente com órgãos específicos, legitimados por força de Lei, em Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, com recurso dos órgãos federativos, em especial o FUNDEB e o PAR, através das Emendas Parlamentares, considerando as especificidades locais em contra partida com Distrito Federal, Estados e Municípios, a partir do 1º trimestre de 2018.

Os Fóruns de EJA em parceria com Fóruns de Educação Inclusiva, Conselhos de Pessoas com Deficiência, IES, SMS, SDS, Conselhos Tutelares, Sindicatos, Movimentos Sociais Populares e ONGs, articularão o atendimento especializado aos educandos da EJA em todos os espaços que ofertam a Educação de Jovens e Adultos Idosos, através das plenárias de Fóruns de EJA, visitas aos Conselhos, grupos de estudos e trabalhos, projetos construídos conjuntamente com órgãos específicos, com recursos dos órgãos federativos, em especial o FUNDEB e o PAR em contra partida com Distrito Federal, Estados e Municípios, a partir do 1º trimestre de 2018.

GRUPO 14

Criar de imediato uma agenda de Mobilização dos Fóruns de EJA para fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos com o objetivo de promover formação política e mobilizar os segmentos integrantes dos Fóruns para participarem das CONAPEs tendo em vista o acompanhamento e a execução das metas estratégias dos Planos (Nacional, Estadual, Distrital e Municipal).

No que diz respeito à formação política, os Fóruns de EJA, Movimentos Sociais, Popular e Sindical mobilizarão a base com conferências, seminários e oficinas a serem realizadas em espaços públicos (IES, IF, sindicatos e escolas). Além disso, os Movimentos Social, Popular e Sindical, IES, IF, Conselho Municipal juntamente com os Fóruns

participarão das reuniões da Comissão de Monitoramento e Sistematização dos estados, distrito federal e municípios, bem como das CONAPes nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Os sindicatos financiarão as atividades desenvolvidas.

Os Fóruns de EJA não reconhecem o governo advindo de um golpe e, portanto, não reconhecem as medidas adotadas nesse processo e lutará pela revogação/anulação de todas as ações desferidas contra a democracia e os direitos sociais e políticos da classe trabalhadora.

Por isso, os Fóruns de EJA, de imediato e juntamente com os Movimentos Sociais e Centrais Sindicais participarão de todas as mobilizações contra as Reformas Trabalhista e da Previdência, Emenda Constitucional 95, Privatização das Estatais, Entrega do pré sal e Movimento Escola sem Partido.

A mobilização para essa participação será feita via redes sociais, Portal dos Fóruns de EJA do Brasil e grupos de aplicativos de mensagens (whatsapp) para realizar os atos nas ruas, nas praças, ocupações, espaços coletivos, Esplanada dos Ministérios.

O financiamento para essas ações será obtido nos sindicatos.

Os Fóruns de EJA do Brasil durante o XV ENEJA e via nota pública anunciarão a sua saída da CNAEJA.

Realizar os próximos Encontros e demais atividades dos Fóruns de EJA do Brasil com autofinanciamento, não abrindo mão do recurso público.

Os Fóruns Estaduais/Distrital definirão de imediato as suas dinâmicas de autofinanciamento com o fim de criar um fundo de reserva nacional unificado.

Na plenária final do XV ENEJA será definido com o coletivo o valor e a periodicidade a ser destinada ao Fórum que sediará o XVI ENEJA.

GRUPO 15

Os Fóruns Estaduais/Distrital de EJA combaterão o fechamento de escolas e de turmas da EJA, fato que vem se agravando no atual momento político brasileiro, com o objetivo de atender a 43% da população que não concluiu ou não teve acesso ao Ensino Fundamental e Médio.

Serão estimulados currículos na perspectiva da inclusão e da diversidade, com princípios da Educação Popular. Este combate e estímulo serão feitos por meio de ação realizada a partir de dezembro de 2017, protocolando denúncias junto ao Ministério Público e Conselhos Municipais e Estaduais/Distrital de Educação e órgãos locais da Secretaria de Estado da Educação.

Os Fóruns de EJA do Brasil construirão uma rede nacional de formação a partir da articulação de diferentes segmentos dos distintos Fóruns que trabalham com formação inicial e continuada de educadores da EJA, dialogando com IES, Conselho de Reitores e Secretarias Distrital, Estadual e Municipal de Educação, a partir do primeiro semestre de 2018.

GRUPO 17

Os Fóruns de EJA do Brasil continuarão exigindo a efetividade, a partir de 2018, da oferta de EJA em condições adequadas aos privados de liberdade, independentemente do regime no qual eles se encontrem, visando elevar a sua escolaridade, garantindo a continuidade dos estudos.

Isso se dará em articulação com os Conselhos de Direitos Municipais, Estaduais e Nacional, Ministério Público, OAB, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Secretarias Municipais e Estaduais/Distrital de Educação e as Secretarias responsáveis pela Ressocialização nos Estados, tendo em vista todo o território nacional.

Os Fóruns de EJA do Brasil em articulação com ONGs, Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional das Pessoas com Deficiência, Ministério de Educação (SECADI), Organizações Nacionais de Pessoas com Deficiência, Ministério da Justiça e Ministério Público, exigirão a efetividade do Atendimento Educacional Especializado – AEE aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades em todas as turmas de EJA, inclusive aos privados de liberdade.

Para a efetivação dessa ação em todo o território nacional, serão utilizados recursos oriundos do FUNDEB, do FNDE e do FUNPEN.

GRUPO 18

Para que sejam atendidas a Meta 9 de elevar a taxa de alfabetização, a Meta 10 de integrar EJA a educação profissional e a Meta 11 de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento, os Fóruns de EJA do Brasil, as Secretarias de Educação municipais e estaduais/distrital, IES, IF, Frentes parlamentares em parceria com as instituições componentes dos Fóruns de EJA do Brasil nas diferentes instâncias, realizarão mobilização comunitária, chamada pública popular e organização e implementarão a Semana Nacional da EJA, visando a revogação da Emenda Constitucional 95 e contra a venda do pré-sal, iniciando a implementação até abril para realizar em maio de 2018, antes da Etapa Final da CONAPE.

GRUPO 19

Prover Professores Mediadores habilitados a utilizar salas de recursos MULTIFUNCIONAL já disponíveis nas unidades escolares para atendimento às pessoas com deficiência no âmbito da EJA nas redes municipal, estadual/distrital e federal.

De acordo com as demandas e com recursos do FUNDEB aplicados a municípios, estados e rede federal, contratar e/ou promover a formação inicial e continuada de profissionais de educação com formação específica para o trabalho com educandos com deficiência na EJA.

Pressionar as instâncias de governo municipal, estadual/distrital e federal para garantir a EJA como direito na perspectiva da Educação Popular, entendendo que a EP, como concepção, não deva ser confundida/materializada em oferta que retire do Estado a sua obrigatoriedade na promoção de políticas públicas de EJA.

As redes municipal, estadual/distrital e federal, anualmente e com levantamentos de dados e recenseamentos, acionarão instâncias como o Ministério Público para coibir o fechamento de escolas e reestruturações que não levem em consideração as especificidades de cada região.

Os fóruns de EJA do Brasil através de cartas ou relatórios enviados ao MEC apontarão posição contrária dos Fóruns, fazendo ainda, pedido de revogação do ENCCEJA como forma de certificação pela sua precariedade,

incompletude e limitação no atendimento às necessidades formativas dos sujeitos da EJA.

Oriunda do GT 2 do dia anterior: *Que as diferentes organizações (Movimentos Sociais, sindicatos, Fórum de EJA, IES) cobrem do poder público, constantemente, que a Secadi, Undime, Consed, CNE efetivem as políticas públicas para a diversidade e Inclusão, promovendo discussões sobre masculinidades, feminidades e corporalidades, e materializando práticas através de um currículo flexível e abrangente para a EJA, por meio de financiamento público assegurado por rubricas de secretarias de Educação, Justiça, Cidadania, Direitos Humanos, Cultura e Ministério da Educação.*

Oriunda do GT 4 do dia anterior: *Que o MEC, MJ e os entes federativos, garantam a criação e ampliação de novas turmas de educação básica, formal, informal e profissionalizante para as pessoas privadas de liberdade, por meio de mecanismos como a Resolução nº 48, ampliando, expandindo e fortalecendo as matrículas do Ensino Fundamental e Médio na Educação de Jovens e Adultos, na modalidade presencial nas unidades prisionais, utilizando as estatísticas oficiais como referencial para definir a demanda em seu planejamento e execução. Será necessário contratar professores qualificados para atender a demanda, aplicando os recursos públicos já previstos no FUNDEB, no FUNPEN e no FNDE, a partir de 2018 até a vigência do PNE.*

Oriunda do GT 6 do dia anterior: *Que as IES, IFs, Secretarias de Educação Municipais, Estaduais e Distrital e os Movimentos Sociais, Sindicais e demais parceiros, por meio da organização dos produtores da agricultura familiar (cooperativas rurais, Associações Comunitárias entre outras), fomentem o fortalecimento dos educandos e educandas(as) da EJA do/no Campo no processo de aquisição da alimentação escolar da agricultura familiar, no mínimo de 50% implicando na alteração da legislação vigente contribuindo para a permanência destes sujeitos no Campo, constantemente.*

3. PROPOSTAS QUE SERÃO DELIBERADAS POSTERIORMENTE PELOS DELEGADOS PRESENTES AO XV ENEJA.

IMPORTANTE: A dinâmica aprovada para dar continuidade à aprovação das propostas restantes (GTs 21, 22, 23 e 24 relacionados a seguir) é a realização de uma web/vídeo/áudio conferência onde as Coordenações Estaduais, as Regionais e a representação no FNPE fecharemos o posicionamento dos Fóruns de EJA do Brasil, a partir dos resultados de consulta feita aos coletivos estaduais/distrital dos delegados que estiveram presentes no XV Eneja, em prazo até a véspera da web/vídeo/áudio conferência.

ATENÇÃO: O resultado dessa continuidade se encontra da PÁGINA 46 à PÁGINA 50 deste Relatório.

GRUPO 21

Para Transformar os programas de educação e ensino que atendam a EJA em políticas públicas de estado e garantir que programas e projetos como o PROEJA, Programa Brasil Alfabetizado, sejam garantidos por políticas públicas de estado, os Fóruns EJA, IFs, Frentes Parlamentares, Conselhos de Educação, IES, Entidades estudantis, conselhos escolares entre outros, os Fóruns EJA, IFs, Entidades estudantis, conselhos escolares, sindicatos, entre outros, produzirão, a partir de 2017, documentos e propostas de PL enviados para aprovação em todas as esferas educacionais e políticas.

GRUPO 22

Os fóruns de EJA de imediato mobilizarão as comunidades escolares, movimentos sociais e populares, poder público em todas as esferas, organizações sociais, sindicatos, entidades religiosas, associações de moradores, universidades tendo em vista o não fechamento de turmas, a ampliação e a manutenção da oferta de turmas de

EJA, exigindo o cumprimento da Resolução 05. Os recursos para a realização dessa ação serão adquiridos por meio de parcerias com ONGs, Sindicatos e instituições públicas.

Inserir nos currículos de formação de educadores conteúdos relacionados às especificidades nos espaços da educação prisional. Os fóruns de EJA através de debates e reuniões que envolvam as reformas curriculares das IES promoverão diálogos com as instituições de formação de educadores destacando a necessidade de inserir a discussão de EJA nos cursos de formação inicial. Essa ação terá início a partir de 2018 nos espaços de debates educacionais a ser realizada com recursos próprios das entidades parceiras.

Exigir junto ao MEC uma bolsa financeira para os estudantes da EJA que apoie seu acesso e permanência na continuação de seus estudos. Os fóruns de EJA, por meio do segmento docente da educação superior, de imediato acompanharão a realização de ~~realização um diagnóstico~~ das condições sociais dos estudantes demonstrando a relevância deste apoio financeiro para o incentivo da formação. Esse diagnóstico será feito em todo o território nacional e resultará um documento a ser entregue ao MEC para apresentar a demanda. ~~Os recursos financeiros para a realização desse diagnóstico virão de bolsas de fontes públicas.~~

GRUPO 23

No contexto político atual de crescente fechamento de turmas, os fóruns locais e os movimentos sociais e sindicais, terão como pauta política principal a partir de 2018, continuidade da pressão junto ao poder público para a garantia da oferta da EJA como direito, por meio do acompanhamento da oferta, de reivindicações, audiências públicas, mobilizações e eventos, em cada Estado.

Os fóruns e movimentos sociais e sindicais realizarão a partir do ano de 2018, reivindicações, audiências públicas, mobilizações e eventos para garantir o direito de 14 milhões que não tiveram acesso à escolarização, assegurando o acesso e a continuidade aos estudos, ~~tendo acompanhamentos dos fóruns e movimentos sociais.~~

Os Fóruns de EJA em cada Estado fomentarão no primeiro semestre de 2018, a elaboração de um e-book com vivências/experiências em EJA, por meio de parceiros e Professores que se disponibilizem.

GRUPO 24

O Coletivo dos Fóruns e os Fóruns reivindicarão uma política de financiamento de ações de EJA na perspectiva da Educação Popular em situações não formais de educação. Entre 2018 e 2019 será realizado por meio da militância dos Fóruns e de parcerias com redes de ensino, comunidades, associações em geral e conselhos, um mapeamento das ações e demandas de EJA na perspectiva da educação popular em situações não formais e será elaborado um documento dos Fóruns de EJA do Brasil promovendo esse debate nos Encontros.

O Coletivo dos Fóruns de EJA, entre 2018 e 2019 formularão uma proposição de política de Educação Integral na EJA na perspectiva da Educação Popular, por meio da elaboração documento dos Fóruns de EJA do Brasil, promovendo esse debate nos diversos Encontros dos Fóruns, Redes de Ensino, Comunidades, Associações em Geral e Conselhos

V. MOÇÕES APROVADAS

MOÇÃO CONTRA O GOLPE E ATAQUE À DEMOCRACIA

Os delegados/as, representantes de todos os estados da federação presentes no XV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Petrolina-PE entre os dias 27 e 30 de novembro de 2017, vem por meio deste, manifestar o nosso total repúdio ao Golpe contra a democracia e que os Fóruns de EJA do Brasil denunciem o Golpe de Estado contra a Democracia e o povo brasileiro, pois é um espaço de resistência para lutar por um sistema universal de defesa da educação pública, hoje ameaçada.

Que os Fóruns de EJA não reconheçam nenhuma ação perpetrada pelo “governo” golpista de Michel Temer.

Por isso, denunciaremos e lutaremos para revogar/anular todos os ataques aos direitos dos brasileiros/as, como: a aprovação da Lei 13415/2017 (submetida por Medida Provisória nº 746 da reforma do Ensino Médio), a Emenda Constitucional nº 95/2016 (conhecida como “PEC do teto dos gastos” ou “PEC do fim do mundo”), a publicação no Diário Oficial da União do Decreto do Executivo de 26 de abril de 2017 e da Portaria nº 577 de 27 de abril de 2017, que respectivamente, desconstrói o calendário da Conferência Nacional de Educação de 2018 (CONAE/2018) e desfigura o Fórum Nacional de Educação 2014/2024), e também a entrega do Pré-Sal que, conseqüentemente, desmonta o PNE; privatização da Petrobrás, Eletrobrás e demais patrimônios públicos, entrega das riquezas naturais (Amazônia, água e etc.), reforma trabalhista e da previdência, escola sem partido, etc.

É preciso participar conjuntamente com todos os movimentos nacionais (movimentos sociais, populares, identitários, sindicais etc.) para garantir nossos direitos e o restabelecimento da Democracia.

Diante de todos estes fatos elencados deve-se manter ações contínuas dos/as trabalhadores/as, até que esse “governo” ilegítimo seja deposto e a democracia no Brasil seja restabelecida plenamente.

E por fim, o primeiro passo será participar da Greve Geral no dia 5/12/2017.

Petrolina, PE, 30 de novembro de 2017

MOÇÃO DE APOIO AO MOVIMENTO “CONTINUA PIBID”

*Os membros dos Fóruns de EJA do Brasil, participantes do Encontro Nacional de EJA, reunidos nos dias 27 a 30/11/2017 em Petrolina – Pernambuco aprovam em sua plenária final esta moção de apoio ao movimento “**Fica PIBID**” vigente em nível nacional em parcerias das Universidades Públicas e as escolas das redes municipais estaduais e municipais. Para que o Programa possa ter continuidade com sua atual organização, a partir de março de 2018, tendo em vista o encerramento da vigência do atual edital e respectivo convênio.*

Defendemos este programa e sua continuidade por entendermos a sua importância para formação de professores em todo Brasil e efetiva contribuição para a qualidade da EJA e do direito a educação em todo território nacional.

Compreendemos que a luta pela manutenção deste importante Programa está intrinsecamente ligados à defesa da formação e valorização de professoras e professores, bem como o comprometimento histórico desse fórum com o pleno direito à educação de qualidade para todos e todas.

Petrolina, 30 de novembro de 2017

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DE JOSE IVO SARTORI DO PMDB

Os Fóruns de EJA do Brasil, reunidos no XV ENEJA-Petrolina, vimos denunciar e repudiar as ações deste governo estadual com relação à educação pública e o(a) servidor(a) público(a).

Após 23 meses de efetivo parcelamento de nossos salários, sucateamento das escolas, falta de merenda, falta de funcionários(as), educadores(as), fechamento de turmas de EJA, retiradas de direitos históricos da categoria, venda de ações do Banrisul, extinção de fundações e nenhum reajuste salarial, chegando no mês de setembro a depositar R\$ 350,00 por matrícula, decidimos deflagrar a greve, completando hoje 85 dias de greve. Agora, em nosso Estado, nossos (as) colegas em uma atitude extrema se encontram acorrentados (as) em frente ao Palácio Piratini até que esse comando de greve seja recebido. Seguindo a lógica perversa do PMDB este governo alega um estado falido. Com essa argumentação vem atacando o magistério e o servidor público.

A Educação sendo um direito universal, indispensável à formação cidadã se torna alvo em nosso Estado por conta da incompetência do governo. Sendo assim, reafirmamos perante as delegações aqui presentes que se solidarizem e apoiem o nosso movimento de luta e resistência. Movimento justo e necessário!

Petrolina, PE, 30 de novembro de 2017

MOÇÃO DE RECONHECIMENTO

Os Fóruns de EJA do Brasil reunidos no XV ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos nos dias 27, 28, 29 e 30 de novembro de 2017 na cidade de Petrolina- PE, se manifestam EM MEMÓRIA DO PROFESSOR CELSO BEISEGEL, FALECIDO EM 25 DE NOVEMBRO DE 2017, AOS 82 ANOS. Reconhecemos que o Educador muito contribuiu para o fortalecimento da Educação Popular e para esta modalidade de Ensino.

Nossa homenagem é em reconhecimento do trabalho e das contribuições deste Educador.

Petrolina, 30 de novembro de 2017.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os Fóruns de EJA do Brasil reunidos no XV ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos nos dias 27, 28, 29 e 30 de novembro de 2017 na cidade de Petrolina- PE, se manifestam contrários ao fechamento das Escolas e salas de aula de Educação Profissional integradas à EJA da Rede Municipal de São Bernardo do Campo -SP.

Entendemos que tal ação nega o direito à Educação aos sujeitos jovens e adultos, referendado na Constituição Federal art. 208 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional art. 37. Além de se opor ao cumprimento da meta 10 do Plano Nacional de Educação.

Solicitamos, assim, a revogação do decreto municipal que resultou no fechamento das Escolas.

Petrolina, 30 de novembro de 2017.

**MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO PARANÁ
PELO DESMONTE DA EJA NAS PRISÕES E SOCIOEDUCAÇÃO**

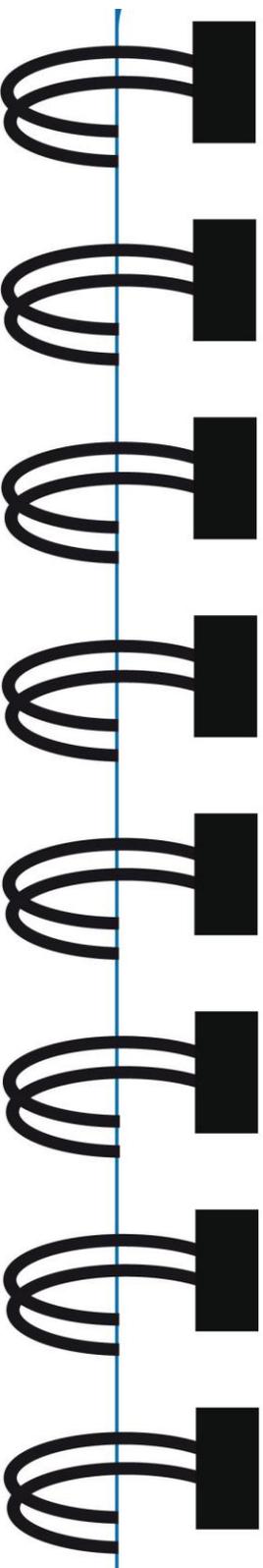
Nós participantes do ENEJA 2017 realizado em Petrolina/PE repudiamos o desmonte da EJA nos espaços de privação de liberdade e socioeducação pelo governo do Estado do Paraná. Acreditamos que a educação para pessoas encarceradas é um direito humano que precisa ser assegurado por profissionais qualificados/as. O estado tem a obrigatoriedade de realizar a oferta para os 70% de pessoas que não possuem o Ensino Fundamental e se encontram nas prisões e nos espaços de socioeducação. São jovens que tiveram seus direitos negados e merecem educação de qualidade. Os/as professores que hoje são retirados desrespeitosamente do Sistema representam equipe qualificada e referência nacional e internacional pelos resultados brilhantes e efetivos na vida das pessoas encarceradas que tiveram a oportunidade de estudar. Essa atuação representa a oportunidade efetiva de ressocialização e reinserção social das pessoas que infringiram a lei, educandos/as em privação de liberdade.

Petrolina, PE, 30 de novembro de 2017

**MOÇÃO DE REPÚDIO A RESPOSTA DO TÍTULO DO PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
CONFERIDO A PAULO FREIRE**

Nós educadores, educadoras, estudantes, movimentos sindicais e sociais, reunidos e reunidas nos dias 27, 28, 29 e 30 de novembro de 2017 no XV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), na cidade de Petrolina-PE, manifestamos o nosso repúdio a Proposta de Lei que revoga o título conferido a Paulo Freire de Patrono da Educação Brasileira. Título esse conferido pelo reconhecimento do legado construído em defesa da Educação Democrática pública, gratuita, laica e emancipatória.

Petrolina, PE, 30 de novembro de 2017



VI. ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAQ - Custo Aluno Qualidade

CAQi - Custo Aluno Qualidade inicial

CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

EaD - Educação a Distância

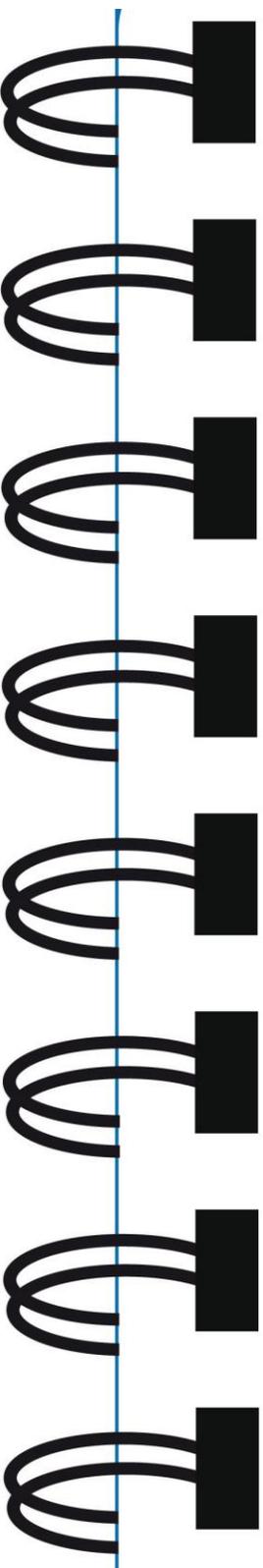
EP – Educação Popular

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FINEDUCA - Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação



FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional

IES - Instituições de Educação Superior

IF - Instituto Federal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MJ - Ministério da Justiça e Segurança Pública

MP - Ministério Público

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONG - Organização Não Governamental

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

UNCME - União dos Conselhos Municipais de Educação

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Relatório Final do XV Eneja elaborado por Analise da Silva e Airam Martins.

VII. Continuidade das Deliberações do XV Eneja em 02 de Fevereiro de 2018.

Na reunião virtual dos Fóruns de EJA do Brasil participamos representação no FNPE, MG, SC, PI, TO e PR. Iniciamos às 10:17 e encerramos às 11:20 do dia 02 de Fevereiro de 2018. Esta reunião foi precedida de consulta que objetivava o preenchimento de Formulário construído pela Comissão de Relatoria, aprovado coletivamente pelas Coordenações estaduais/distrital e disponibilizado pelo Google Forms.

Preencheram o Formulário os Fóruns de MG, PB, SC, PI, TO, AP, PR, RS e CE. Encaminharam contribuições, posteriormente, AL e BA.

O número de delegados participantes desta continuidade foi de 59.

A dinâmica usada para a consulta variou entre reunião presencial; reunião virtual; reunião presencial e virtual (Skype) simultâneas; reunião com discussão; Reunião; Reunião/ diálogo; Reunião e formulário online; Leitura e votação nominal; leitura prévia das propostas, considerações sobre cada proposta debatidas em reunião virtual pelo hangouts, posicionamento de cada delegado e decisão consensual sobre aprovação das propostas; Consulta por e-mail e votação online via aplicativo Whatsapp, conforme registro dos representantes.

A - Debates e deliberações que faltaram:

*1. No item A, que propõe que os Fóruns EJA, IFs, Frentes Parlamentares, Conselhos de Educação, IES, Entidades estudantis, conselhos escolares, sindicatos entre outros, produzam documentos e propostas de PL enviados para aprovação em todas as esferas educacionais e políticas, a partir de 2017, com o objetivo de transformar os programas de educação e ensino que atendam a EJA em políticas públicas de estado e garantir que programas e projetos como o PROEJA, Programa Brasil Alfabetizado, sejam garantidos, houve **aprovação** com NOVE votos. (Importante destacar que corresponde à proposta 1 do GT 21)*

2. No item B, que propõe que os fóruns de EJA de imediato mobilizem as comunidades escolares, movimentos sociais e populares, poder público em todas as esferas, organizações sociais, sindicatos, entidades religiosas, associações de moradores e universidades tendo em vista o não fechamento de turmas, a ampliação e a manutenção da oferta de

turmas de EJA, exigindo o cumprimento da Resolução 05 e que os recursos para a realização dessa ação serão adquiridos por meio de parcerias com ONGs, Sindicatos e instituições públicas, houve **aprovação** com NOVE votos. (Importante destacar que corresponde à proposta 1 do GT 22)

3. No item C, que propõe que os fóruns de EJA, por meio de debates e reuniões que envolvam as reformas curriculares das IES, promovam diálogos com as instituições de formação de educadores destacando a necessidade de inserir a discussão de EJA nos cursos de formação inicial, inclusive de conteúdos relacionados às especificidades nos espaços da educação prisional e que essa ação terá início a partir de 2018 nos espaços de debates educacionais a ser realizada com recursos próprios das entidades parceiras, houve **aprovação** com NOVE votos. (Importante destacar que corresponde à proposta 2 do GT 22)

4. No item D, que propõe que os Fóruns de EJA, por meio do segmento docente da educação superior, de imediato acompanhem a realização de um diagnóstico das condições sociais dos educandos demonstrando a relevância de se exigir junto ao MEC uma bolsa financeira para os educandos da EJA que apoie seu acesso e permanência na continuação de seus estudos e que esse diagnóstico será feito em todo o território nacional resultando em um documento a ser entregue ao MEC para apresentar a demanda, houve **aprovação** por SETE votos. (Importante destacar que corresponde à proposta 3 do GT 22)

5. No item E, que propõe que os Fóruns de EJA em cada Estado/DF fomentem, no primeiro semestre de 2018, a elaboração de um e-book com vivências/experiências em EJA, por meio de parceiros e militantes que se disponibilizem, houve **aprovação** por OITO votos. (Importante destacar que corresponde à proposta 3 do GT 23)

6. No item F, que propõe que o coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil reivindique uma política de financiamento de ações de EJA na perspectiva da Educação Popular em situações não formais de educação, por meio da militância dos Fóruns e de parcerias com redes de ensino, comunidades, associações em geral e conselhos, entre 2018 e 2019, realizando um mapeamento das ações e demandas já existentes que resultará na elaboração de um documento dos Fóruns de EJA promovendo esse debate nos Encontros, houve **aprovação** por OITO votos. (Importante destacar que corresponde à proposta 1 do GT 24)

7. No item G, que propõe que o Coletivo dos Fóruns de EJA, entre 2018 e 2019, elabore um documento em que seja formulada uma proposição de política de Educação Integral na EJA na perspectiva da Educação Popular, promovendo esse debate nos diversos Encontros dos Fóruns, Redes de Ensino, Comunidades, Associações em Geral e Conselhos, houve **aprovação** por OITO votos. (Importante destacar que corresponde à proposta 2 do GT 24)

Além disso, por **unanimidade**, aprovamos acrescentar ao texto,

“compreendendo a impossibilidade de extensão da carga horária para os educandos e educandas trabalhadores, a relevância da centralidade do sujeito para todos os educandos e educandas e, no caso daqueles com idade entre os 15 e os 17 anos, a necessidade do atendimento no diurno para quem assim o desejar”.

B - Debates e deliberações que suscitaram entendimentos diferentes entre as Coordenações estaduais/distrital:

Na reunião online, tratamos, também, das propostas que suscitaram entendimentos diferentes entre as Coordenações estaduais/distrital e estas foram objeto das manifestações dos coletivos no mesmo Formulário virtual. Quanto a estas, foram três e segue o relato.

1. No item 1 das propostas com entendimentos diferentes pela Sistematização, que pergunta se no XVEneja nós aprovamos NÃO PARTICIPAR DA CONAE, houve posicionamento de que VOTAMOS POR NÃO PARTICIPAR DA CONAE por CINCO votos favoráveis, TRÊS votos contrários e UM voto abstenção. (Importante destacar que o tema CONAE aparece apenas na Moção contra o Golpe e Ataque à Democracia. Já o tema da CONAPE aparece nas Propostas 1 e 2 - GT14 e na Proposta 1 - GT18.)

Quanto a esta questão, o Fórum Mineiro, em sua reunião para discutir estas questões já havia se posicionado por pedir recurso da votação, caso o SIM fosse maior número, pois o coletivo dos delegados mineiros afirma que não fizemos esta votação. Assim, solicitamos que a filmagem da Plenária do XVEneja seja disponibilizada no Portal dos Fóruns de EJA

do Brasil, conforme aprovado por unanimidade no nosso Encontro, para que possamos, somente então, confirmar o que de fato ocorreu, uma vez que nossa lembrança é da votação de nossa participação na CONAPE (Conferência Nacional Popular de Educação) e que não temos lembrança de votação de nossa não participação na CONAE (Conferência Nacional de Educação).

2. No item 2 das propostas com entendimentos diferentes pela Sistematização, que pergunta se votamos que os Fóruns de EJA deverão realizar Conferências Livres para tirar delegados para a CONAPE, houve posicionamento de que VOTAMOS POR REALIZAR CONFERÊNCIAS LIVRES por QUATRO votos favoráveis e CINCO abstenções. (Importante destacar que não há nenhuma proposta que trate explicitamente da realização de Conferências Livres pelos Fóruns para eleger delegados para a CONAPE)

Finalmente,

3. No item 3 das propostas que não finalizamos, que pergunta qual o valor da contribuição de cada Fórum Estadual/Distrital para o fundo de reserva nacional unificado para autofinanciamento do XVI Eneja e qual a periodicidade desta contribuição, houve posicionamento unânime de que MG expusesse sua proposta ao coletivo nacional e que o mesmo deverá se posicionar até, no máximo, o dia 28 de Fevereiro.

Assim, segue a proposta do Fórum Mineiro:

Fizemos o levantamento junto ao SESC Venda Nova e obtivemos um orçamento com preços atuais de 10.000,00 (6 auditórios que podem ser repartidos em 10 espaços) + diárias entre 60,00 (triplo) e 90,00 (duplo) hospedagem e café da manhã + ??? alimentação (almoço e jantar).

Durante a nossa reunião aqui em Minas Gerais conversamos sobre qual quantia os delegados presentes conseguiriam assumir para o depósito mensal entre março/2018 a agosto/2019. Estávamos presentes educandos, educadores sociais, educadores de rede pública, gestores e docentes da Educação Superior.

A quantia que TODOS tínhamos condições de assumir era de 50,00 (cinquenta reais) para cada um. Aqui nos comprometemos com um sorteio para vermos quem é o responsável pelo depósito em qual mês para a contribuição do Fórum Mineiro.

*Diante disso, nossa proposta é que cada Fórum deposite no dia 1º de cada mês a quantia de R\$50,00, em conta que já disponibilizamos. Teríamos $50,00 \times 27 \text{ Fóruns} \times 18 \text{ meses} = \text{R}\$24.300,00$ **para o autofinanciamento de questões locais aqui no estado sede.***

Quanto à organização de cada Fórum para o autofinanciamento, entendemos que se trata de discussão local.

Outros levantamentos serão feitos em outros espaços (hotéis, auditórios...), pois não há garantia de reserva de datas sem pagamento prévio de parte ou do total dos valores orçados.

C - Avaliação e outros encaminhamentos:

Avaliamos que nossa reunião por Skype foi MUITO positiva e propomos a realização, no mínimo, a cada dois meses de encontros como este, com pauta e duração definidas.

Propomos também que as Coordenações Regionais façam contato com os Fóruns que não compareceram ao XVEneja buscando efetivar sua revitalização.

Propomos ainda que as Coordenações Regionais acompanhem e promovam periodicamente a avaliação de como estamos no alcance das estratégias que elaboramos para alcançar nossas propostas.

Lembramos que as propostas A, C, D, F e G são estratégias dos Itens 11, 5 e 1 da nossa pauta nacional.

Grande abraço e Sigamos nos organizando e nos fortalecendo para alcançarmos a Pauta Nacional dos Fóruns de EJA do Brasil!

Relatório elaborado por Analise da Silva em 03.02.2018.



fóruns eja Brasil